

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial -	57
---------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	58
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	59
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.094.242
Preferenciais	4.094.242
Total	8.188.484
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	3.010.944	3.109.469
1.01	Ativo Circulante	264.623	411.029
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	224.371	375.706
1.01.03	Contas a Receber	24.979	27.193
1.01.03.01	Clientes	24.979	27.193
1.01.04	Estoques	3.807	2.004
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.547	1.152
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.547	1.152
1.01.07	Despesas Antecipadas	9.919	4.859
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	115
1.01.08.03	Outros	0	115
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	0	115
1.02	Ativo Não Circulante	2.746.321	2.698.440
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	409.585	388.800
1.02.01.04	Contas a Receber	18.669	19.637
1.02.01.04.02	Depósitos Judiciais	18.669	19.637
1.02.01.07	Tributos Diferidos	390.907	369.154
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	390.907	369.154
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	9	9
1.02.01.10.03	Outros	9	9
1.02.03	Imobilizado	10.912	6.170
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10.912	6.170
1.02.04	Intangível	2.325.824	2.303.470
1.02.04.01	Intangíveis	2.325.824	2.303.470
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.160.284	2.136.475
1.02.04.01.02	Intangível em Andamento	165.540	166.995

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	3.010.944	3.109.469
2.01	Passivo Circulante	386.144	309.309
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.132	6.289
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.132	6.289
2.01.02	Fornecedores	30.499	28.287
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.111	4.292
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	155.529	256.251
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	99.231	129.041
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	99.231	129.041
2.01.04.02	Debêntures	56.298	127.210
2.01.05	Outras Obrigações	8.984	14.190
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	136	262
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	136	262
2.01.05.02	Outros	8.848	13.928
2.01.05.02.04	Obrigações Para Direito da Concessão	1.076	1.157
2.01.05.02.05	Outros	118	74
2.01.05.02.06	Receita Acessória Antecipada	7.654	12.697
2.01.06	Provisões	176.889	0
2.01.06.02	Outras Provisões	176.889	0
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	176.889	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.174.469	1.313.625
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.049.307	1.027.869
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	151.199	170.607
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	151.199	170.607
2.02.01.02	Debêntures	898.108	857.262
2.02.04	Provisões	89.148	248.831
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	83.692	82.854
2.02.04.02	Outras Provisões	5.456	165.977
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção	5.456	165.977
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	36.014	36.925
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	36.014	36.925
2.02.06.02.01	Receita Acessória Antecipada	36.014	36.925
2.03	Patrimônio Líquido	1.450.331	1.486.535
2.03.01	Capital Social Realizado	1.727.500	1.560.500
2.03.02	Reservas de Capital	493.200	660.200
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	493.200	660.200
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-770.369	-734.165

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	146.453	278.743	94.220	207.241
3.01.01	Receita operacional líquida	146.453	278.743	94.220	207.241
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-115.155	-216.375	-81.612	-166.204
3.02.01	Custo dos serviços prestados	-115.155	-216.375	-81.612	-166.204
3.03	Resultado Bruto	31.298	62.368	12.608	41.037
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.116	-23.339	-9.087	-18.929
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.189	-23.428	-9.094	-19.029
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	73	89	7	100
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	19.182	39.029	3.521	22.108
3.06	Resultado Financeiro	-44.739	-96.154	-17.863	-56.265
3.06.01	Receitas Financeiras	3.118	5.257	927	1.926
3.06.02	Despesas Financeiras	-47.857	-101.411	-18.790	-58.191
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-25.557	-57.125	-14.342	-34.157
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	9.372	20.921	1.319	2.638
3.08.02	Diferido	9.372	20.921	1.319	2.638
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-16.185	-36.204	-13.023	-31.519
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-16.185	-36.204	-13.023	-31.519
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,002	-0,005	-0,002	-0,005
3.99.01.02	PN	-0,002	-0,005	-0,002	-0,005
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,002	-0,005	-0,002	-0,005
3.99.02.02	PN	-0,002	-0,005	-0,002	-0,005

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-16.185	-36.204	-13.023	-31.519
4.03	Resultado Abrangente do Período	-16.185	-36.204	-13.023	-31.519

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	127.188	74.393
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	130.905	102.869
6.01.01.01	Prejuízo do período antes de imposto de renda e contribuição social	-57.125	-34.157
6.01.01.03	Depreciação e amortização	63.620	59.447
6.01.01.05	Provisão para manutenção	16.368	16.366
6.01.01.06	Provisão para riscos	11.356	3.973
6.01.01.08	Variações monetárias e encargos	92.522	53.554
6.01.01.09	Prejuízo na baixa de imobilizado e intangível	163	95
6.01.01.11	Custo de Captação Amortizado das Debêntures	4.001	3.591
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.717	-28.476
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	2.214	1.491
6.01.02.02	Estoques	-1.803	-430
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-395	-270
6.01.02.04	Adiantamentos	-5.060	-1.430
6.01.02.05	Depósitos judiciais	968	-1.812
6.01.02.06	Partes Relacionadas	115	0
6.01.02.07	Fornecedores	-2.212	-24.579
6.01.02.08	Tributos a recolher	181	1.902
6.01.02.09	Salários e encargos sociais a recolher	-3.843	3.373
6.01.02.11	Partes relacionadas	126	-3.842
6.01.02.12	Pagamento de outorga variável	81	-190
6.01.02.13	Receita diferida	5.954	-3.271
6.01.02.14	Outras obrigações e contas a pagar	-43	582
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-164.323	-85.980
6.02.01	Aplicação Financeira	-61.605	-53.029
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-5.801	-592
6.02.03	Aquisição intangível	-96.917	-32.359
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-114.200	14.860
6.03.03	Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-22.629	-28.924
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-91.571	-63.216
6.03.05	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	107.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-151.335	3.273
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	375.706	21.787
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	224.371	25.060

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.560.500	660.200	0	-734.165	0	1.486.535
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.560.500	660.200	0	-734.165	0	1.486.535
5.04	Transações de Capital com os Sócios	167.000	-167.000	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	167.000	-167.000	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-36.204	0	-36.204
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-36.204	0	-36.204
5.07	Saldos Finais	1.727.500	493.200	0	-770.369	0	1.450.331

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.560.500	167.000	0	-937.258	0	790.242
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.560.500	167.000	0	-937.258	0	790.242
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	107.000	0	0	0	107.000
5.04.01	Aumentos de Capital	0	107.000	0	0	0	107.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-31.519	0	-31.519
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-31.519	0	-31.519
5.07	Saldos Finais	1.560.500	274.000	0	-968.777	0	865.723

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
7.01	Receitas	297.088	223.194
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	212.054	184.711
7.01.02	Outras Receitas	89	51
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	84.945	38.432
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-141.939	-100.720
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-56.994	-62.288
7.02.04	Outros	-84.945	-38.432
7.02.04.01	Custos de construção	-84.945	-38.432
7.03	Valor Adicionado Bruto	155.149	122.474
7.04	Retenções	-63.620	-59.447
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-63.620	-59.447
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	91.529	63.027
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.257	1.926
7.06.02	Receitas Financeiras	5.257	1.926
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	96.786	64.953
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	96.786	64.953
7.08.01	Pessoal	21.472	14.673
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.934	10.821
7.08.01.02	Benefícios	4.426	3.097
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.024	718
7.08.01.04	Outros	88	37
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.768	21.398
7.08.02.01	Federais	-9.109	7.016
7.08.02.02	Estaduais	6.362	5.653
7.08.02.03	Municipais	10.515	8.729
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	103.750	60.401
7.08.03.01	Juros	96.522	57.143
7.08.03.02	Aluguéis	2.339	2.209
7.08.03.03	Outras	4.889	1.049
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-36.204	-31.519
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-36.204	-31.519

Comentário do Desempenho



SEMPRE EM EVOLUÇÃO



RELEASE DE RESULTADOS

Divulgação imediata

2T21

Comentário do Desempenho



DESTAQUES

AUMENTO DE 26,7% NOS VEPs* DO 2T201 COMPARADO AO 2T20

**VEPs => Veículos equivalentes pagantes*

No 2º trimestre do ano a CART registrou 12,5 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 26,7% na comparação com o mesmo período de 2020. A performance de veículos pesados representa cerca de 73,5% do tráfego e apresentou aumento de 24,9%. Em veículos leves o aumento foi de 31,6% comparado ao 2T20. A variação positiva refere-se o retorno gradativo do tráfego, devido a campanha de vacinação da COVID-19 em todo o país.

AUMENTO DE 27,4% NA RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA* NO 2T21 COMPARADA AO 2T20

** Receita líquida ajustada => Exclui a receita de construção*

O aumento da receita líquida ajustada foi impactado, principalmente, pela recuperação do tráfego na rodovia (conforme explicação no quadro anterior)

AUMENTO DE 44,2% NO EBITDA AJUSTADO DO 2T21 COMPARADO AO 2T20

O aumento no EBITDA do 2T21 está relacionada ao aumento de 27,4% na receita líquida ajustada (conforme explicação nos quadros anteriores), bem como a piora no resultado financeiro devido a altas nos índices macroeconômicos.

AUMENTO DE 150,5% NO RESULTADO FINANCEIRO DO 2T21 COMPARADO AO 2T20

A piora no resultado financeiro está relacionado ao aumento nos índices macroeconômicos do período.

O RESULTADO DO 2T21 FICOU NEGATIVO EM R\$ 16,1 MILHÕES

Em comparação com o 2T20, o prejuízo do 2T21 aumentou conforme evidenciado nos quadros anteriores.

Comentário do Desempenho



Desempenho Operacional (Mil)	2T21	2T20	▲	1S21	1S20	▲
VEPs¹	12.523	9.888	26,65%	24.811	21.881	13,39%
Veículos Leves	3.313	2.517	31,63%	6.852	6.532	4,91%
Veículos Pesados	9.210	7.371	24,95%	17.959	15.350	17,00%
Tráfego²	5.523	4.306	28,26%	11.194	10.330	8,36%
Veículos Leves	3.356	2.556	31,28%	6.942	6.620	4,86%
Veículos Pesados	2.056	1.658	23,99%	4.036	3.506	15,14%
Veículos Isentos	110	91	21,33%	215	204	5,50%
Tarifa Média (R\$)	8,20	8,06	1,70%	8,20	8,04	1,94%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

Bauri, 16 de agosto de 2021 a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, divulga os resultados do 2T21. Foram realizadas comparações com o mesmo período de 2020, conforme indicado. As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações contábeis intermediárias revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

Informações relevantes sobre os efeitos adversos relacionados ao Coronavírus

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia pelo novo Corona vírus, causador da COVID-19. Esta declaração desencadeou uma série de decisões governamentais, atingido entidades públicas e privadas, para conter o avanço do vírus. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, com orientação para o isolamento social, dentre outras que impactaram diretamente os negócios da Companhia.

A Companhia obteve uma recuperação nos veículos equivalentes pagantes - VEP, na ordem de 26,7%. A performance de veículos pesados representa cerca de 73,5% do tráfego e apresentou aumento de 25%. Em veículos leves o aumento foi de 31,6% comparado ao 2T20. A variação positiva refere-se o retorno gradativo do tráfego, devido a campanha de vacinação da COVID-19 em todo o país (em razão da pandemia COVID-19 que se iniciou na 2ª quinzena de mar/20, com pico negativo no tráfego nos meses de abril a julho). Apesar do aumento no tráfego, o desempenho dos veículos pesados e leves nas rodovias administradas pela CART continuam sendo impactados pelos efeitos da COVID-19.

A Companhia está fazendo o necessário para manter a correta operação e manutenção do negócio, bem como garantir os empregos.

O propósito da Companhia, em meio a uma das maiores crises já vivenciadas na história mundial, é manter o atendimento à sociedade, cuidando do principal ativo, que são as pessoas.

A despeito dos inúmeros estudos que vêm sendo cuidadosamente realizados, ainda há grande incerteza sobre os efeitos da pandemia na economia local e global, principalmente, em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus. Assim sendo, ainda não é possível precisar quando os níveis de normalidade nas operações serão efetivos.

Com o suporte da Infraestrutura Brasil Holding S.A. – IBH II -, a Companhia está acompanhando a COVID-19 e as medidas do Governos Federais e Estaduais, buscando através dos canais de comunicação a lisura com colaboradores, *stakeholders* e com o mercado em geral, serão mantidos, mesmo que à distância.

Comentário do Desempenho



As medidas necessárias e possíveis para mitigar os efeitos negativos causados por essa crise, serão o objetivo principal da Companhia, que esperamos que as condições econômicas locais e globais se reestabeleçam brevemente.

Em linha com a Recomendação nº 2 do CODIM (Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado), abaixo, a Companhia está lidando com a situação causada pelo Corona vírus, e divulgando como os seus negócios estão afetados.

Por fim, a Companhia informa que seus canais de comunicação indicados ao final deste release estão disponíveis para maiores informações, para sanar dúvidas e prestar esclarecimentos necessários.

Recomendações CODIM nº 2

INFORMAÇÕES RELEVANTES A SEREM COMUNICADAS A PÚBLICO

Como a Companhia está trabalhando durante este processo:

A Companhia instaurou um Comitê que acompanha diariamente os impactos do Corona vírus para os negócios. Este Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira do Grupo, e através do Diretor de Relações com Investidores, tem buscado manter uma comunicação clara, ampla e simultânea com o público investidor e com o mercado em geral sobre os impactos da COVID-19, utilizando, para isso, os meios legais de comunicação previstos na Instrução CVM 358/02, quais sejam Comunicados ao Mercado e Fatos Relevantes, publicados na página de relações com investidores da Companhia e também disponíveis nos websites da CVM e da B3. A cada novo evento ou ocorrência relevante para os negócios da Companhia, bem como os relacionados aos efeitos do Corona vírus, a área de RI avalia a necessidade de divulgação das atualizações sobre o assunto ao mercado e propõe ao Diretor de Relações com Investidores a referida publicação.

Reflexos esperados nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia:

Para as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 2020, que devem ser lidas em conjunto com esta Informação Contábil Intermediária, a Companhia considerou os efeitos relacionados à propagação do Corona vírus como nota explicativa, vide item 1.2 EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19, uma vez que o anúncio da OMS de que a COVID-19 é uma emergência de saúde global, realizado em 11 de março de 2020, desencadeou uma série de decisões emanadas pelos entes da Federação – União, Estados e Municípios -, abrangendo entidades públicas e privadas, conseqüentemente, toda a sociedade, para conter o avanço do vírus.

Para estas Informações Contábeis Intermediárias do trimestre encerrado em 30 de junho de 2021, estão contemplados os resultados dos efeitos ocorridos em função da pandemia do novo Corona vírus. Entretanto, não houve efeitos relevantes nessas Informações Contábeis Intermediárias, exceto quanto à:

Receitas de Serviços:

O reconhecimento das receitas auferidas, no caso das receitas tarifárias, se dá pela tarifação do fluxo ou movimentação de veículos quando da efetiva utilização dos serviços:

- O tráfego no ano de 2020 foi muito impactado pelas medidas restritivas no combate ao COVID-19. Com o avanço das vacinações e com a diminuição dos casos, podemos notar uma retomada no tráfego, quando comparamos o 2º trimestre de 2021 com o mesmo período em 2020, registramos um aumento de 26,65%, já no acumulado do 1º semestre a recuperação foi de 13,39%.

Comentário do Desempenho



- Fluxos de Caixa: Impactos decorrentes, principalmente, do aporte de capital realizado no 4T20.

Manutenção dos Negócios:

Comitê de Gestão de Crises – áreas participantes e forma de atuação:

A Companhia instalou um Comitê de Gestão de Crises para tratar exclusivamente dos assuntos relacionados ao Corona vírus com o objetivo de, dentre outros:

- Acompanhar os impactos causados pela pandemia nos setores de atuação;
- Traçar e definir as ações para mitigar esses impactos;
- Avaliar e implementar medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Corona vírus para os colaboradores, familiares bem como para os usuários dos ativos sob gestão da Companhia.

O comitê também se reúne semanalmente com o Conselho de Administração.

Plano de continuidade das operações e principais ações:

Desde que instalada a pandemia do novo Corona vírus, a Companhia tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Companhia, destacamos:

1º) Preservação da saúde e segurança das pessoas

- Adoção do *Home Office* para os colaboradores onde esta modalidade for possível;
- Afastamento dos colaboradores pertencentes aos grupos de risco;
- Adoção das medidas de proteção recomendadas pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações;
- Promover comunicação regular e transparente com todos os colaboradores; e
- Veiculação de campanhas educativas para a prevenção da COVID-19, por meio de vídeos, avisos sonoros e mensagens nos canais digitais da companhia.

2º) Comunicação com *Stakeholders*

- Manter o público investidor e o mercado em geral informados sobre os impactos do Corona vírus nos negócios da Companhia;
- Estreitar relações com a cadeia de fornecedores, acompanhando de perto a manutenção da capacidade de entrega de bens e serviços essenciais para a continuidade dos negócios;
- Revisão junto aos credores dos termos e condições pactuadas em contratos financeiros;
- Conversas estruturadas junto aos poderes concedentes para reequilíbrio econômico-financeiro nos contratos de concessão; e

3º) Revisar a estratégia de manutenção e continuidade dos negócios

- Avaliação do caixa e de necessidade de liquidez no curto e médio prazo;
- Monitoramento e resposta rápida aos riscos operacionais e financeiros;
- Acompanhamento e desenvolvimento de alternativas para a cadeia de suprimentos;
- Análise do impacto da crise no orçamento e no planejamento e continuidade dos negócios; e
- Monitoramento das iniciativas de suporte para as empresas e sociedade promovidas pelos governos, órgãos públicos e bancos de desenvolvimento.

Comentário do Desempenho



4º) Resiliência e preparação para a recuperação

- Executar a estratégia de negócios revisada e seguir monitorando a situação;
- Tomar decisões e promover ações considerando um cenário de recuperação à frente; e
- Reavaliar e recalibrar as oportunidades de negócios.

Providências que estão sendo tomadas para preservar a saúde financeira da Companhia:

As ações voltadas para a saúde financeira e liquidez da Companhia face aos efeitos adversos nos negócios consequentes da pandemia do Corona vírus, estão divididas em 2 momentos, quais sejam:

1º) Ações no curto prazo trazendo alívio imediato para o caixa, dentre as quais:

- Revisão mensal do orçamento previsto para o ano corrente objetivando a manutenção dos custos e investimentos essenciais para a continuidade dos negócios;
- Renegociação com fornecedores;

2º) Avaliação de eventuais soluções para a médio e longo prazos, com potenciais ações que precisam ser estruturadas e aprovadas junto aos stakeholders, visando o equilíbrio da situação financeira e da obtenção de reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão.

Avaliação de ativos não financeiros

Sob o âmbito regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU) emitiu o Parecer nº 261/2020 à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, no qual conclui que a pandemia declarada pela OMS em maio de 2020 se enquadra no conceito de força maior.

Sendo assim, a avaliação da Companhia é que os contratos devam ser reequilibrados pelos efeitos advindos da pandemia e que tais reequilíbrios sejam suficientes para a recuperação dos ativos não monetários, bem como a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Avaliação de ativos financeiros

Não foram identificados eventos e condições que justificassem um aumento da perda esperada nos ativos financeiros para o fechamento das informações intermediárias de 30 de junho de 2021.

Desta forma, não foram identificadas condições que justificassem a constituição de provisão para perdas ao valor recuperável nos ativos, principalmente, relacionado a realização de contas a receber, recuperação do ativo intangível e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social, e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita que, até o momento, possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos.

Adicionalmente, tendo em vista um potencial queda significativa de sua geração de resultado a Companhia, como já dito acima, vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo experimentam.

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO OPERACIONAL

RESULTADO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil)	2T21	2T20	▲	1S21	1S20	▲
VEPs¹	12.523	9.888	26,7%	24.811	21.881	13,4%
Veículos Leves	3.313	2.517	31,6%	6.852	6.532	4,9%
Veículos Pesados	9.210	7.371	25,0%	17.959	15.350	17,0%
Tráfego²	5.523	4.306	28,3%	11.194	10.330	8,4%
Veículos Leves	3.356	2.556	31,3%	6.942	6.620	4,9%
Veículos Pesados	2.056	1.658	24,0%	4.036	3.506	15,1%
Veículos Isentos	110	91	21,3%	215	204	5,5%
Tarifa Média (R\$)	8,20	8,06	1,7%	8,20	8,04	1,9%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

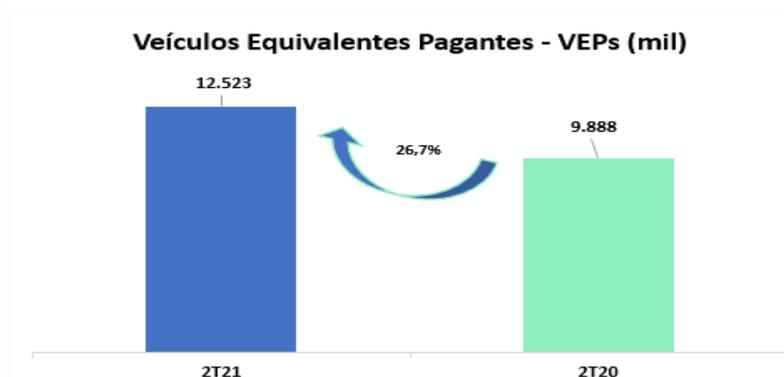
Variação no transporte de Veículos Dessazonalizado ^{1,2}	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no ano (Jun/21 sobre Jun/20): Brasil	27,1%	11,2%	22,1%
Acumulado do 2º trimestre (Abr-Jun/21 sobre Abr/Jun/20): Brasil	41,8%	20,8%	35,1%
Acumulado do 1º semestre (Jan-Jun/21 sobre Jan-Jun/20): Brasil	11,2%	13,3%	11,8%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers

² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: <http://www.abcr.org.br>

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil), para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 11,8% no fluxo total de veículos no ano comparado com o mesmo período do ano anterior. Destaque para a circulação de 11,2% em veículos leves e 13,3% em veículos pesados.

Nos últimos doze meses, o índice acumula aumento de 22,1%, fruto do avanço de 11,2% dos veículos pesados e de 27,1% dos veículos leves.



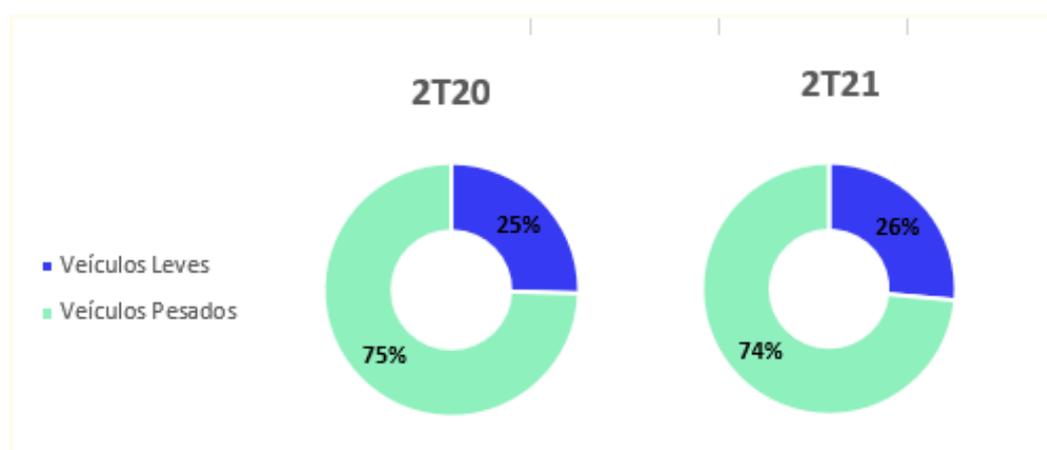
Em consequência da campanha de vacinação e a diminuição no número de casos, a Companhia quantificou uma recuperação nos veículos equivalentes pagantes – VEP comparando os trimestres (2T21 vs 2T20), na ordem de 26,7%. A performance de veículos pesados representa

Comentário do Desempenho



cerca de 73,5% do tráfego e apresentou aumento de 25,0%.

Em veículos leves o aumento foi de 31,6% comparado ao 2T20. Apesar do retorno gradativo do tráfego, o desempenho dos veículos pesados e leves nas rodovias administradas pela CART continuam sendo impactados pelos efeitos da COVID-19.



DESEMPENHO OPERACIONAL

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ mil)	2T21	2T20	▲	1S21	1S20	▲
Receita						
Receitas com Pedágio	102.689	79.722	28,8%	203.450	176.022	15,6%
Receitas Acessórias	4.510	4.381	2,9%	8.604	8.688	-1,0%
Receita Bruta	107.199	84.103	27,5%	212.054	184.710	14,8%
Deduções da Receita Bruta	(9.304)	(7.240)	28,5%	(18.255)	(15.901)	14,8%
Receita de Construção (IFRS)	48.558	17.357	n.m	84.945	38.432	n.m
Receita Líquida Ajustada¹	146.453	94.220	55,4%	278.743	207.241	34,5%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

A Receita Líquida Ajustada do 2T21 apresentou uma variação positiva de 27,5% frente ao 2T20. Nas Receitas com Pedágio, este aumento é explicado pelo reajuste tarifário de 1,88 % em referência ao 2T20, além da recuperação no tráfego entre leves e pesados de 28,3% frente ao 2T20.

Comentário do Desempenho

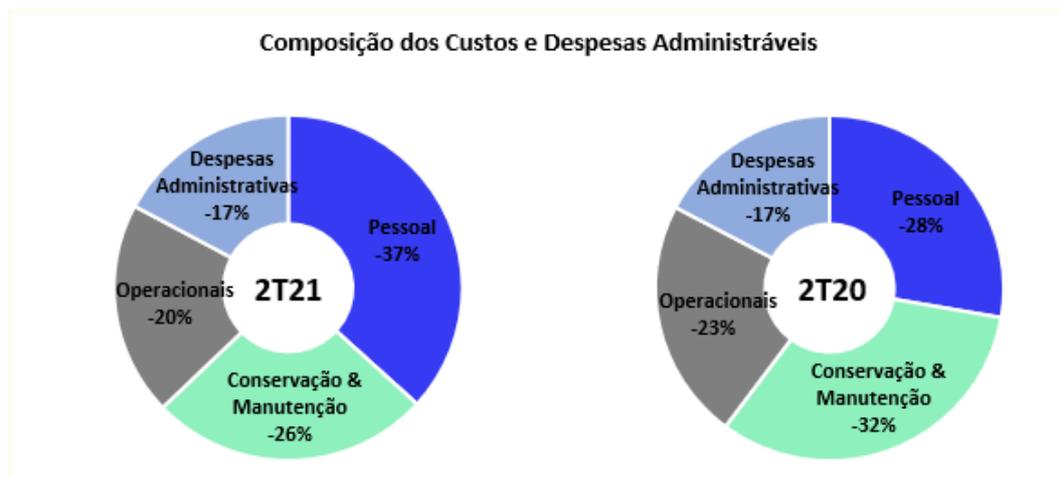


CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R\$ mil)	2T21	2T20	▲	1S21	1S20	▲
Pessoal	(12.795)	(9.098)	40,6%	(25.543)	(17.140)	49,0%
Conservação & Manutenção	(9.077)	(10.650)	-14,8%	(15.989)	(20.300)	-21,2%
Operacionais	(6.895)	(7.384)	-6,6%	(16.286)	(15.530)	4,9%
Despesas Administrativas	(5.980)	(5.662)	5,6%	(10.601)	(12.376)	-14,3%
Custos & Despesas Administráveis	(34.748)	(32.794)	6,0%	(68.419)	(65.346)	4,7%
Outorga Variável	(3.216)	(2.523)	27,5%	(6.362)	(5.541)	14,8%
Depreciação & Amortização	(32.566)	(29.842)	9,1%	(63.621)	(59.447)	7,0%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(70.530)	(65.159)	8,2%	(138.401)	(130.334)	6,2%
Custo de Construção (IFRS)	(48.558)	(17.357)	179,8%	(84.945)	(38.432)	121,0%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(8.184)	(8.183)	0,0%	(16.367)	(16.367)	0,0%
Custos & Despesas Operacionais	(127.271)	(90.699)	40,3%	(239.714)	(185.133)	29,5%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

O aumento em Pessoal se deu em função da reestruturação de atividades decorrentes da mudança no controle acionário e primarizações de atividades, antes terceirizadas, mesmo motivo pelos quais ocorreram variações nos agrupamentos de conservação e manutenção e custos operacionais. A variação positiva das despesas administrativas se deu por conta da otimização dos serviços compartilhados. Em custos de construção, a variação frente ao período anterior reflete as diferentes fases do cronograma de investimentos da concessão.



EBITDA E MARGEM EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	2T21	2T20	▲	1S21	1S20	▲
----------------------------------	------	------	---	------	------	---

Comentário do Desempenho

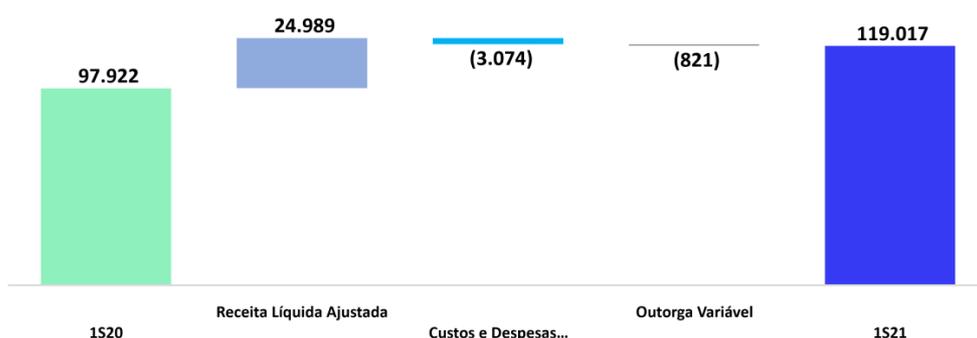


Lucro (Prejuízo) Líquido	(16.185)	(13.023)	24,3%	(36.204)	(31.519)	14,9%
Resultado Financeiro Líquido	44.739	17.863	150,5%	96.154	56.265	70,9%
IRPJ & CSLL	(9.372)	(1.319)	610,5%	(20.921)	(2.638)	692,9%
Depreciação e Amortização	32.566	29.842	9,1%	63.621	59.447	7,0%
EBITDA ICVM 527	51.748	33.363	55,1%	102.650	81.555	25,9%
Margem EBITDA	33,2%	32,9%	0,3 pp	34,6%	36,5%	-2,0 pp
Provisão de Manutenção (IFRS)	8.184	8.183	0,0%	16.367	16.367	0,0%
EBITDA Ajustado¹	59.931	41.546	44,3%	119.017	97.922	21,5%
Margem EBITDA Ajustada¹	40,9%	44,1%	-3,2 pp	42,7%	47,3%	-4,6 pp

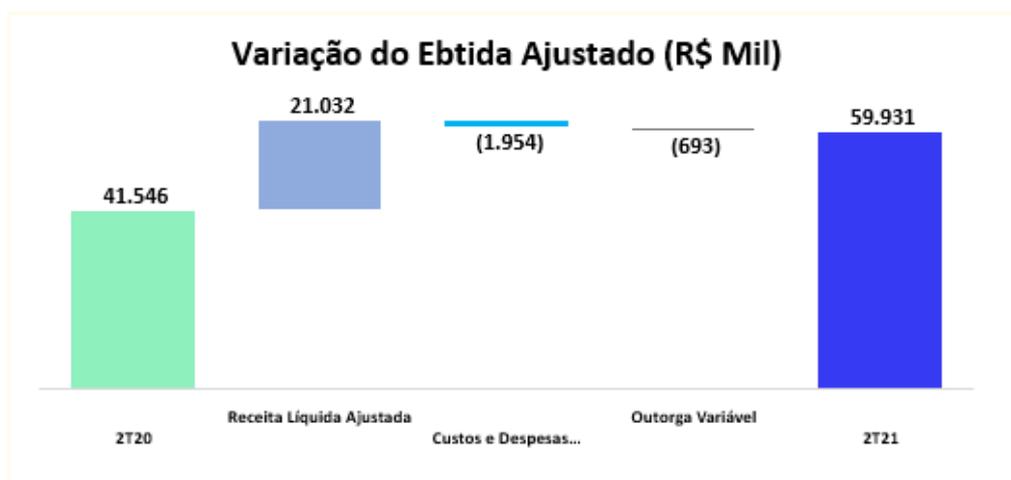
¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção e a Provisão para Manutenção

O EBITDA Ajustado do 2T21 foi de R\$ 60 milhões, aumento de 44,2% comparado ao mesmo período de 2020. Este aumento é explicado basicamente pela melhora no tráfego da rodovia no período.

Variação do Ebtida Ajustado (R\$ Mil)



Variação do Ebtida Ajustado (R\$ Mil)



RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2T21	2T20	▲	1S21	1S20	▲
--------------------------------	------	------	---	------	------	---

Comentário do Desempenho



	2T21	2T20	%	1S21	1S20	%
Resultado Financeiro	(44.739)	(17.863)	150,5%	(96.154)	(56.265)	70,9%
Receitas Financeiras	3.118	927	236,3%	5.257	1.926	173,0%
Juros sobre aplicações financeiras	2.962	881	236,2%	5.054	1.813	178,8%
Outros	156	46	239,6%	203	113	79,4%
Despesas Financeiras	(47.857)	(18.790)	154,7%	(101.411)	(58.191)	74,3%
Comissões e despesas bancárias	(152)	(180)	-15,7%	(323)	(451)	-28,4%
Juros sobre empréstimo e financiamentos	(5.428)	(7.521)	-27,8%	(14.584)	(16.574)	-12,0%
Variação monetária passiva	(35.872)	5.312	-775,3%	(63.373)	(8.133)	679,2%
Juros sobre debêntures	(4.001)	(16.344)	-75,5%	(18.566)	(32.921)	-43,6%
Outros	(2.405)	(57)	4118,6%	(4.565)	(112)	3975,5%

Inflação e Juros	2T21	2T20	Δ
IPCA Últimos 12 meses	8,35%	2,13%	6,2 pp
CDI do Período	0,77%	0,73%	0,0 pp
CDI Acumulado Últimos 12 meses	2,27%	4,59%	-2,3 pp
TJLP do Período	0,38%	0,41%	0,0 pp
TJLP Média Últimos 12 meses	4,62%	5,39%	-0,8 pp

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>

<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPUBLICO/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=5>

relatório FOCUS 07/05/21

<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/pagamentos-e-parcelamentos/taxa-de-juros-de-longo-prazo-tjlp>

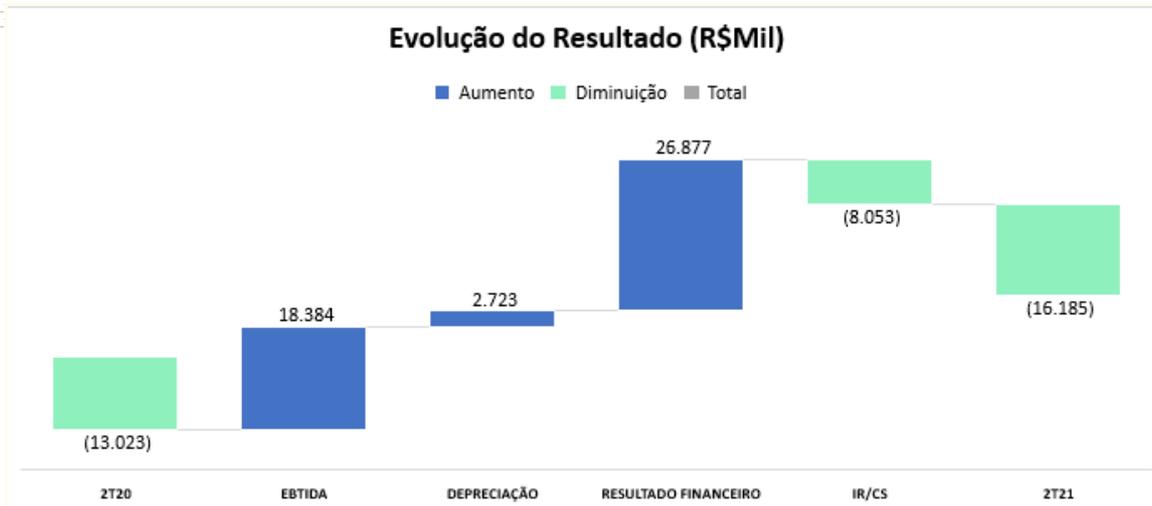
O Resultado Financeiro Líquido teve um incremento de 150,5% no 2T21 comparado ao 2T20, principalmente por conta do aumento com as despesas de variação monetária.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado Líquido (R\$ mil)	2T21	2T20	Δ	1S21	1S20	Δ
Lucro/Prejuízo do Exercício	(16.185)	(13.023)	24,3%	(36.204)	(31.519)	14,9%

O resultado do 2T21 foi de Prejuízo Líquido de R\$ 16 milhões, pior quando comparado ao resultado do 2T20, explicada principalmente pela piora do resultado financeiro.

Comentário do Desempenho



DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO

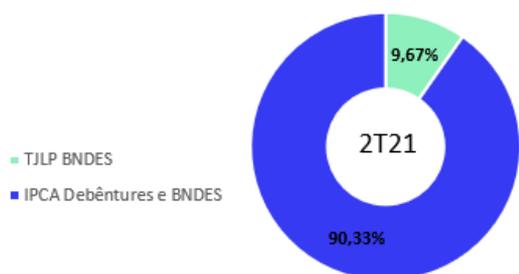
Disponibilidades e Endividamento (R\$)	2T21	2T20	Δ
Dívida Bruta	(1.204.837)	(1.289.797)	-6,59%
Curto Prazo	(155.530)	(213.359)	-27,10%
Empréstimos e Financiamentos	(99.231)	(133.523)	-25,68%
Debêntures	(56.299)	(79.836)	-29,48%
Longo Prazo	(1.049.307)	(1.076.438)	-2,52%
Empréstimos e Financiamentos	(151.199)	(187.148)	-19,21%
Debêntures	(898.108)	(889.290)	0,99%
Disponibilidades	369.084	150.017	146,03%
Caixa e equivalentes de caixa	224.371	25.060	795,34%
Aplicações Financeiras Vinculadas ¹	144.713	124.957	15,81%
Dívida Líquida Ajustada	(835.753)	(1.139.780)	-26,67%

¹ Aplicações financeiras - consideram Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado compromissados

Comentário do Desempenho



Composição Dívida bruta e Indexador



No 2ºT21, a companhia apresentou uma dívida líquida de R\$ 836 milhões, representando uma redução de 26,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa redução ocorreu em função do fluxo de amortização de dívida e pelo aumento no saldo de caixa

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ mil)	2T21	2T20	Δ	1S21	1S20	Δ
Investimento Total	21.006	41.636	-49,55%	2.336.736	2.311.797	1,08%
Imobilizado	4.396	592	642,57%	10.912	5.974	82,66%
Intangível	16.610	41.044	-59,53%	2.325.824	2.305.823	0,87%
Direito de Concessão (Investimento)	16.610	41.044	-59,53%	2.325.824	2.305.823	0,87%

No 1S21 foram investidos R\$27 milhões (R\$-17M 1S20); sendo investidos no 2T21 R\$21 milhões (R\$41M 2T20), destinados principalmente, às revitalizações viárias, além dos equipamentos primarizados.

SOBRE A COMPANHIA

A CART



A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding II S.A. - IBH II, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do corredor rodoviário denominado Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado



de São Paulo.

Comentário do Desempenho



O Corredor Raposo Tavares é formado pela SP-225 João Baptista Cabral Rennó, SP-327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 quilômetros entre Bauru e Presidente Epitácio, sendo 444 no eixo principal e 390 quilômetros de vicinais. As rodovias da CART atravessam o território de 34 municípios, com acesso ao início da SP-280 Castelo Branco, conexão com o Mato Grosso do Sul e ao Norte do Paraná. Por isso, são de importância vital para o transporte de cargas entre as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Comentário do Desempenho



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2020 a 30/06/2020	▲	01/04/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	▲
Receita operacional líquida	278.743	207.241	34,5%	146.453	94.220	55,4%
Custo dos serviços prestados	(216.375)	(166.204)	30,2%	(115.155)	(81.612)	41,1%
LUCRO BRUTO	62.368	41.037	52,0%	31.298	12.608	148,2%
Receitas (despesas) operacionais						
Gerais e administrativas	(23.428)	(19.029)	23,1%	(12.189)	(9.094)	34,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	89	100	-11,0%	73	7	942,9%
RESULTADO OPERACIONAL	39.029	22.108	76,5%	19.182	3.521	444,8%
Receitas financeiras	5.257	1.926	172,9%	3.118	927	236,4%
Despesas financeiras	(101.411)	(58.191)	74,3%	(47.857)	(18.790)	154,7%
RESULTADO FINANCEIRO	(96.154)	(56.265)	70,9%	(44.739)	(17.863)	150,5%
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.921	2.638	693,1%	9.372	1.319	610,5%
PREJUÍZO DO PERÍODO	(36.204)	(31.519)	14,9%	(16.185)	(13.023)	24,3%
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	0,005	0,005		0,002	0,002	

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R\$ Mil)	2021	2020	Passivo (R\$ Mil)	2021	2020
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	224.371	375.706	Fornecedores	30.499	28.287
Contas a receber	24.979	27.193	Empréstimos e financiamentos	99.231	129.041
Estoques	3.807	2.004	Debêntures	56.299	127.210
Tributos a recuperar	1.547	1.152	Tributos a recolher	4.111	4.292
Adiantamentos	9.919	4.858	Obrigações com empregados e administradores	10.132	6.289
Partes relacionadas	-	115	Concessão de serviço público	1.076	1.157
Total do Circulante	264.623	411.029	Partes relacionadas	136	262
Ativo Não Circulante			Receita Diferida	7.654	12.697
Impostos diferidos ativos	390.907	369.154	Provisão para manutenção	176.889	-
Depósitos judiciais	18.669	19.637	Outros	117	72

Comentário do Desempenho



Outros	9	9
Imobilizado	10.912	6.170
Intangível em andamento	165.540	-
Intangível	2.160.284	2.303.470
Total do Não Circulante	2.746.321	2.698.440
TOTAL DO ATIVO	3.010.944	3.109.469

Total do Circulante	386.144	309.308
Passivo Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	151.199	170.607
Debêntures	898.108	857.262
Provisão para riscos processuais	83.692	82.854
Receita diferida	36.014	36.925
Provisão para manutenção	5.456	165.977
Total do Não Circulante	1.174.469	1.313.626
TOTAL DO PASSIVO	1.560.613	1.622.933
Patrimônio Líquido		
Capital social	1.727.500	1.560.500
Adiantamento para futuro aumento de capital	493.200	660.200
Prejuízos Acumulados	(770.369)	(734.165)
Total do Patrimônio Líquido	1.450.331	1.486.535
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.010.944	3.109.469

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AOS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 OPERAÇÕES DA COMPANHIA

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP”), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+433, Ourinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.

II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.

III. SP-327: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a

Notas Explicativas

operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 três novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregas inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Em 30 de junho de 2021 a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$121.520 (capital circulante líquido positivo de R\$101.720 em 31 de dezembro de 2020), em decorrência da aprovação do ciclo de conserva especial pela Agência reguladora, em maio o conselho de administração da Companhia iniciou suas contratações e obras para esta manutenção. Assim, desde 2020, a CART preparava-se sendo capitalizada pelo seu acionista para honrar com suas obrigações de curto prazo.

Em complemento a geração de fluxo de caixa das operações projetado, para a concretização do seu plano de negócio, a Companhia possui dependência de aportes do seu atual acionista.

Até 30 de abril de 2020, a CART era uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR.

Após o cumprimento das condições precedentes, previstas no contrato de compra e venda de ações, incluindo as aprovações dos credores da CART e da Agência de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, a INVEPAR vendeu a sua participação na CART para o Infraestrutura Brasil Holding II S.A.

Dessa forma, em 30 de abril de 2020 foi realizada a transferência de 100% (cem por cento) das ações de emissão da CART detidas pela INVEPAR para o Infraestrutura Brasil Holding II S.A.

1.2 EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Dentre as decisões adotadas pelo Brasil e o mundo, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia.

Entretanto, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, já houve um aumento de 13,4% no tráfego, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, como demonstrado no quadro abaixo devido ao aumento gradativo do tráfego com o avanço da campanha de vacinação COVID-19:

VEP mil*	30/06/2021	30/06/2020	Var. %
	24.812	21.881	13,4

VEP mil - Veículos equivalentes pagantes expresso em (1.000)*

Desde o início da pandemia, a administração da Companhia tem empregado os melhores esforços em busca de soluções para a preservação da saúde financeira e para a continuidade dos negócios.

Notas Explicativas

Apesar de uma rígida estrutura de custos, de natureza majoritariamente fixa, do lado da Companhia, foram envidados os esforços necessários para a contenção de despesas, com resultados que já podem ser verificados neste período e que tendem a ser ampliados ao longo dos próximos meses. Ao longo deste período, a administração da Companhia fez alguns avanços nessas frentes e acredita no sucesso de algumas das renegociações em curso.

a) Como a Companhia está trabalhando durante este processo:

A Companhia mantém um Comitê de Gestão de Crises, que acompanha diariamente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira da Companhia, e através do Diretor de Relações com Investidores tem buscado manter uma comunicação clara, ampla e simultânea com o público investidor e com o mercado em geral sobre os impactos da COVID-19.

O objetivo do Comitê é acompanhar os impactos causados pela pandemia traçando ações para mitigar os impactos e avaliando e implementando medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Coronavírus para os seus colaboradores, e familiares bem como para os usuários dos seus ativos. O comitê também se reúne semanalmente com o Conselho de Administração.

b) Plano de continuidade das operações e principais ações:

A Companhia continua revisando a estratégia de manutenção e continuidade dos negócios, a Companhia faz avaliação do caixa com a necessidade de liquidez nos curto e médio prazo, visando a equalização da dívida e a busca por maior eficiência e consequente redução de custos.

b.1) Medidas e ações de curto prazo que trazem alívio imediato para o caixa, dentre as quais:

- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital oriundos dos recebimentos de recursos provenientes do acionista, no montante total de R\$493.200;
- Renegociação com fornecedores;
- Foram adotadas medidas oferecidas no ano de 2020 pelo Governo Federal, com relação aos tributos a recolher. A Companhia adotou as medidas de suspensão de recolhimento da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição Previdenciária Patronal, das competências de março, abril e maio de 2020, cujos pagamentos foram realizados em agosto, outubro e novembro, respectivamente, conforme instrução por meio da Portaria 139, de 03 de abril de 2020 e da Portaria 245, de 15 de junho de 2020 (vide Nota explicativa nº 5.c);
- Ainda, houve ação de postergação de pagamentos junto ao BNDES. Adesão, a partir de 15 de abril de 2020, ao programa de *standstill* implantado pelo BNDES, paralisando por 6 meses o pagamento das parcelas de juros e principal dos contratos de financiamento no âmbito do pacote de medidas socioeconômicas aprovadas pelo banco em caráter emergencial e com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia do novo Coronavírus no Brasil. Esta ação emergencial já está regular, com os devidos pagamentos capitalizados e amortizados durante a vigência do contrato (vide Nota explicativa nº 10).

Notas Explicativas

- Revisão do orçamento previsto para o ano corrente e para os próximos anos dos custos e investimentos essenciais para a continuidade dos negócios.

b.2) Avaliação de eventuais soluções para o médio e longo prazo, com potenciais ações que precisam ser estruturadas e aprovadas junto aos *stakeholders*, visando o equilíbrio da situação financeira e da obtenção de reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão.

- Reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão: Por meio de uma atuação setorial, coordenada entre a Companhia, outras empresas de infraestrutura e associações do setor, estão sendo promovidas conversas estruturadas com os poderes concedentes, buscando o restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, em função dos impactos causados pela pandemia do novo Coronavírus.

Como já mencionado anteriormente, a Companhia vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam, preservando a capacidade de continuidade plena dos negócios pelo prazo remanescente da concessão. A Companhia entende que todas essas medidas adotadas são suficientes para preservar o fluxo de caixa operacional e para fazer frente as suas obrigações pelos próximos anos.

Entretanto, até o momento da divulgação dessas informações contábeis intermediárias, ainda não se tinha certeza sobre o tempo necessário para conter o avanço da doença, especialmente em relação ao plano de vacinação contra a COVID-19 no país, que vem evoluindo significativamente, porém ainda não é possível inferir quanto tempo mais será necessário seguir com as medidas para conter o contágio, principalmente em decorrência as novas variantes.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias, foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 – *Interim Financial Report* emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma consistente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à preparação das Informações Trimestrais - ITR.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações das notas explicativas que não sofreram alterações significativas ou apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2020 não foram repetidas integralmente nestas informações contábeis intermediárias. Entretanto, informações selecionadas foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridos para possibilitar o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da

Notas Explicativas

Auto Raposo Tavares S.A. - CART desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As emissões das informações contábeis intermediárias foram autorizadas pela Administração em 16 de agosto de 2021.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Companhia durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual.

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “*International Accounting Standards Board – IASB*” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Sociedade não adotou de forma antecipada para a preparação dessas Informações contábeis intermediárias.

- (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
- (b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 09, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)
- (c) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)
- (d) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS16).
- (e) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS3).
- (f) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS1).

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do período ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade..

Notas Explicativas

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	3.768	5.237
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	220.603	370.469
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>224.371</u>	<u>375.706</u>

As aplicações financeiras consideradas como caixa e equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 30 de junho de 2021, as aplicações financeiras ficaram indexadas a uma taxa média de 99,59 % do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 99,50% em 31 de dezembro de 2020).

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 21.

4. CONTAS A RECEBER

	30/06/2021	31/12/2020
AVI (*)	20.440	20.652
Vale pedágio	1.943	1.289
Locação de fibra óptica	1.508	4.002
Outros	1.089	1.250
Total	<u>24.979</u>	<u>27.193</u>

(*) Referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 25 dias.

	Total	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos		
			< 30 dias	31 - 60 dias	91 - 120 dias
30 de junho de 2021	24.979	24.979	-	-	-
31 de dezembro de 2020	27.193	27.193	-	-	-

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

As informações sobre a exposição da Empresa a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 21.

Notas Explicativas

5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	1.378	1.100
Outros	<u>169</u>	<u>52</u>
Total circulante	<u><u>1.547</u></u>	<u><u>1.152</u></u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo fiscal	269.165	261.686
Base negativa	97.177	94.484
Provisão para manutenção	61.997	56.432
Provisão para contingência	6.677	5.642
Outras diferenças temporárias	<u>13.545</u>	<u>11.708</u>
Total do ativo fiscal diferido	449.561	429.953
Amortização de direito de concessão	(41.147)	(42.306)
Custo de captação	(8.360)	(9.088)
Margem de construção	(7.495)	(7.706)
Margem de construção (Lei 12.973)	<u>(1.652)</u>	<u>(1.699)</u>
Total do passivo fiscal diferido	(58.654)	(60.799)
Total	<u><u>390.907</u></u>	<u><u>369.154</u></u>
Impostos diferidos – Ativo	448.729	429.953
Impostos diferidos – Passivo	(58.654)	(60.799)

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

Notas Explicativas

	<u>30/06/2021</u>
2022	32.951
2023 a 2025	121.209
2026 a 2028	<u>294.569</u>
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>449.561</u>
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(58.654)</u>
Total dos impostos diferidos	<u><u>390.907</u></u>

c) Tributos a recolher

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
PIS e COFINS	1.296	1.654
ISS	2.372	2.334
IRRF e CSRF	154	37
INSS sobre terceiros	<u>289</u>	<u>267</u>
Total circulante	<u><u>4.111</u></u>	<u><u>4.292</u></u>

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>01/01/2021 a 30/06/2021</u>	<u>01/01/2020 a 30/06/2020</u>	<u>01/04/2021 a 30/06/2021</u>	<u>01/04/2020 a 30/06/2020</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(57.125)	(34.157)	(25.557)	(14.342)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social alíquotas vigentes	<u>19.423</u>	<u>11.613</u>	<u>8.689</u>	<u>4.876</u>
Adições permanentes	(646)	(273)	(142)	(216)
Adições/exclusões temporárias	2.145	-	825	-
Imposto de renda e contribuição social não constituídos	<u>-</u>	<u>(8.702)</u>	<u>-</u>	<u>(3.341)</u>
Imposto de renda e contribuição social resultado	<u><u>20.921</u></u>	<u><u>2.638</u></u>	<u><u>9.372</u></u>	<u><u>1.319</u></u>
Impostos diferidos	<u>20.921</u>	<u>2.638</u>	<u>2</u>	<u>1.319</u>
Total dos impostos diferidos	<u><u>20.921</u></u>	<u><u>2.638</u></u>	<u><u>9.372</u></u>	<u><u>1.319</u></u>
Aliquota efetiva	37%	8%	37%	9%

6. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o

Notas Explicativas

acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Parte Relacionada

			30/06/2021		30/06/2021
			Ativo	Passivo	Resultado
Parte relacionada	Transação	Relação	Circulante	Circulante	Despesa
EIXO (ii)	compartilhamento de despesas	Coligada	-	40	455
ENTREVIAS (ii)	compartilhamento de despesas	Coligada	-	96	523
Total			-	136	978

			31/12/2020		30/06/2020
			Ativo	Passivo	Resultado
Parte relacionada	Transação	Relação	Circulante	Circulante	Despesa
INVEPAR (i)	compartilhamento de despesas	Controlada	-	-	(7.880)
EIXO (ii)	compartilhamento de despesas	Coligada	59	132	-
ENTREVIAS (ii)	compartilhamento de despesas	Coligada	56	130	-
Total			115	262	(7.880)

- (i) CSC – INVEPAR – na Holding anterior existiam unidades operacionais que apoiavam as empresas coligadas.
(ii) Na Holding atual, as empresas coligadas do mesmo grupo econômico possuem compartilhamento de custos através de contratos de compartilhamento de despesas.

Remuneração da Administração

Em 2021, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$6.000 (idêntico em 2020). A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o período:

Composição	30/06/2021	30/06/2020
Pró-labore	426	257
Bônus variáveis	421	510
Encargos	159	51
Outros benefícios	52	79
Total	1.058	897

Notas Explicativas

7. IMOBILIZADO

	Vida útil em anos	31/12/2020	Adições	Baixas	30/06/2021
Custo					
Instalações	25	167	-	-	167
Máquinas e equipamentos	10	7.337	534	-	7.871
Móveis e utensílios	10	4.251	8	-	4.259
Veículos	5	4.089	4.010	-	8.099
Equipamentos de informática	5	43.569	1.249	(145)	44.673
Ferramentas e aparelhos	5	331	-	-	331
		<u>59.744</u>	<u>5.801</u>	<u>(145)</u>	<u>65.400</u>
Depreciação acumulada					
Instalações		(58)	(3)	-	(61)
Máquinas e equipamentos		(6.285)	(119)	-	(6.404)
Móveis e utensílios		(3.883)	(34)	-	(3.917)
Veículos		(3.472)	(308)	47	(3.733)
Equipamentos de informática		(39.550)	(496)	-	(40.046)
Ferramentas e aparelhos		(326)	(1)	-	(327)
		<u>(53.574)</u>	<u>(961)</u>	<u>47</u>	<u>(54.488)</u>
Imobilizado líquido		<u>6.170</u>	<u>4.840</u>	<u>(98)</u>	<u>10.912</u>

	Vida útil em anos	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Custo					
Instalações	25	165	2	-	167
Máquinas e equipamentos	10	6.482	855	-	7.337
Móveis e utensílios	10	4.149	102	-	4.251
Veículos	5	3.846	408	(165)	4.089
Equipamentos de informática	5	40.759	2.810	-	43.569
Ferramentas e aparelhos	5	331	-	-	331
		<u>55.732</u>	<u>4.178</u>	<u>(165)</u>	<u>59.744</u>
Depreciação acumulada					
Instalações		(51)	(7)	-	(58)
Máquinas e equipamentos		(5.893)	(392)	-	(6.285)
Móveis e utensílios		(3.807)	(76)	-	(3.883)
Veículos		(3.404)	(139)	71	(3.472)
Equipamentos de informática		(38.444)	(1.106)	-	(39.550)
Ferramentas e aparelhos		(327)	-	-	(326)
		<u>(51.926)</u>	<u>(1.720)</u>	<u>71</u>	<u>(53.574)</u>
Imobilizado líquido		<u>3.806</u>	<u>2.459</u>	<u>(94)</u>	<u>6.170</u>

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 30 de junho de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas

8. INTANGÍVEL E INTANGÍVEL EM ANDAMENTO

	Vida útil em anos	31/12/2020	Adições	Baixas	30/06/2021
Custo					
Software	5	12.426	68	-	12.494
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	(**)	2.354.060	86.400	-	2.440.460
Outorga fixa	(**)	634.000	-	-	634.000
		<u>3.000.506</u>	<u>86.468</u>	<u>-</u>	<u>3.086.974</u>
Amortização					
Software		(10.525)	(341)	-	(10.866)
Marcas e patentes		(20)	-	-	(20)
Direito de concessão		(604.854)	(51.751)	-	(656.605)
Outorga fixa		(248.632)	(10.567)	-	(259.199)
Amortização acumulada		<u>(864.031)</u>	<u>(62.659)</u>	<u>-</u>	<u>(926.690)</u>
Total intangível sub total		<u>2.136.475</u>			<u>2.160.284</u>
Intangível em andamento		<u>166.995</u>	<u>(1.437)</u>	<u>(18)</u>	<u>165.540</u>
Intangível total		<u>2.303.470</u>	<u>22.372</u>	<u>(18)</u>	<u>2.325.824</u>

	Vida útil em anos	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência (*)	31/12/2020
Custo						
Software	5	10.713	1.629	-	84	12.426
Marcas e patentes	10	20	-	-	-	20
Direito de concessão	(**)	2.296.004	58.056	-	-	2.354.060
Outorga fixa	(**)	634.000	-	-	-	634.000
		<u>2.940.737</u>	<u>59.685</u>	<u>-</u>	<u>84</u>	<u>3.000.506</u>
Obras em andamento		<u>131.431</u>	<u>35.564</u>			<u>166.995</u>
		<u>3.072.168</u>	<u>95.249</u>	<u>-</u>	<u>84</u>	<u>3.167.501</u>
Amortização						
Software		(9.990)	(535)	-	-	(10.525)
Marcas e patentes		(18)	(2)	-	-	(20)
Direito de concessão		(508.765)	(96.089)	-	-	(604.854)
Outorga fixa		(227.499)	(21.134)	-	-	(248.632)
Amortização acumulada		<u>(746.272)</u>	<u>(117.760)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(864.031)</u>
Total intangível sub total		<u>2.194.461</u>	<u>(22.511)</u>	<u>-</u>	<u>84</u>	<u>2.136.475</u>
Intangível em andamento		<u>131.431</u>	<u>35.564</u>			<u>166.995</u>
Intangível total		<u>2.325.896</u>	<u>(22.511)</u>	<u>-</u>	<u>84</u>	<u>2.303.470</u>

(*) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 16 de março de 2039, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

Notas Explicativas

(**) Intangível em andamento, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Companhia é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 30 de junho de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

9. FORNECEDORES

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedores nacionais	25.323	20.397
Fornecedores provisão	<u>5.176</u>	<u>7.890</u>
Fornecedores nacionais	<u><u>30.499</u></u>	<u><u>28.287</u></u>

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados nota explicativa 21.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30/06/2021</u>
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	45.792
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	84.725
BNDES	TRB**	2,45% a.a.	15/03/2023	31.448
BNDES	TRB**	2,45% a.a.	17/03/2025	<u>127.098</u>
Subtotal				289.063
Aplicações financeiras vinculadas				<u>(38.633)</u>
Empréstimos e financiamentos líquidos				<u><u>250.430</u></u>
			Parcelas do circulante	99.231
			Parcelas do não circulante	151.199

Notas Explicativas

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2020
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	22.146
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	58.886
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	96.013
BNDES	TRB**	2,45% a.a.	15/03/2023	47.191
BNDES	TRB**	2,45% a.a.	17/03/2025	158.520
Subtotal				382.755
Aplicações financeiras vinculadas				(83.108)
Empréstimos e financiamentos líquidos				299.648

Parcelas do circulante 129.041

Parcelas do não circulante 170.607

	31/12/2020	Captação	Pagamento		Provisão juro	Variação monetária	Transferências	30/06/2021
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	67.409	-	(46.390)	(5.142)	5.004	-	28.112	48.992
Sênior - BNDES - IPCA	61.633	-	(45.181)	(17.487)	9.580	5.924	35.770	50.239
Total	129.041	-	(91.571)	(22.629)	14.584	5.924	63.882	99.231
Passivo não circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	109.637	-	-	-	-	-	(28.112)	81.525
Sênior - BNDES - IPCA	144.077	-	-	-	-	-	(35.770)	108.307
Total	253.714	-	-	-	-	-	(63.882)	189.832
Total geral	382.755	-	(91.571)	(22.629)	14.584	5.924	-	289.063
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(83.108)							(38.633)
Dívida líquida	299.648							250.4309

	31/12/2019	Captação	Pagamento		Provisão juro	Variação monetária	Transferências	31/12/2020
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	81.957	10.000	(53.914)	(9.327)	14.073	-	24.619	67.409
Sênior - BNDES - IPCA	58.186	-	(42.949)	(22.870)	23.335	3.749	42.182	61.633
Total	140.143	10.000	(96.863)	(32.197)	37.408	3.749	66.801	129.041
Passivo não circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	134.256	-	-	-	-	-	(24.619)	109.637
Sênior - BNDES - IPCA	186.259	-	-	-	-	-	(42.182)	144.077
Total	320.515	-	-	-	-	-	(66.801)	253.714
Total geral	460.658	10.000	(96.863)	(32.197)	37.408	3.749	-	382.755
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(71.304)							(83.108)
Dívida líquida	389.354							299.648

Notas Explicativas

Informações sobre a exposição da Companhia à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa 21.

(*) Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39/IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, as aplicações financeiras vinculadas aos empréstimos e financiamentos estão apresentadas no passivo não circulante em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020. As aplicações financeiras no montante de R\$ 38.633 em 30 de junho de 2021 (R\$ 83.108 em 31 de dezembro de 2020) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deva constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2013; e (ii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2015.

	<u>Taxa Média</u>	<u>Indexador</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Certificados de Depósitos Bancários Pós- fixado Compromissadas com BNDES	100,50%	CDI	38.633	83.108

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 100,50% do CDI (em 31 de dezembro de 2020, a taxa média de 99,50% do CDI).

(**) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA.

BNDES - Sênior

Em 10 de fevereiro de 2011, a Companhia assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior.

A primeira liberação, referente ao “Subcrédito A”, no montante de R\$377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011. Parcela deste empréstimo, no montante de R\$273.637 foi utilizado para quitação do valor original, juros e comissão do empréstimo ponte, restando o valor líquido de R\$103.938.

Subcrédito A vem sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incidem juros de 2,45% a.a. mais TJLP.

O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas. Em dezembro de 2020 foi liberado a parcela faltante do total contratado no valor de R\$10.000 com data de vencimento para 17/03/2025.

Desta forma, o total crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas.

Ao todo a empresa dispõe de 34 subcréditos, dos quais 22 são indexados a TJLP + juros de 2,45% a.a. e 12 indexados a IPCA + juros de 2,45% a.a.+TR (que variam entre 6,16 a 7,28% a.a.).

Notas Explicativas

Cláusulas restritivas

Conforme contrato de financiamento com o BNDES os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, anualmente junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano.

11. DEBÊNTURES

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	30/06/2021
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	548.489
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	534.726
(-) Custos de transação – Debêntures				(22.729)
Subtotal				1.060.486
(-) Aplicações financeiras vinculadas				(106.080)
Debêntures líquidas				954.406
Parcelas do circulante				56.298
Parcelas do não circulante				898.108

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2020
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	512.311
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	498.891
(-) Custos de transação - Debêntures				26.7304
Subtotal				984.472
(-) Aplicações financeiras vinculadas				-
Debêntures líquidas				984.472
Parcelas do circulante				127.210
Parcelas do não circulante				857.262

Informações sobre a exposição da Companhia à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa 21.

Notas Explicativas

	31/12/2020	Custo de captação amortizado	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	30/06/2021
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Debêntures	135.277	-	-	-	14.565	22.947	(2.376)	170.412
Custos a amortizar	(8.067)	4.001	-	-	-	-	(3.967)	(8.034)
Total	127.210	4.001	-	-	14.565	22.947	(6.343)	162.378
Passivo não circulante								
Debêntures	875.925	-	-	-	-	34.502	2.376	912.803
Custos a amortizar	(18.663)	-	-	-	-	-	3.967	(14.695)
Total	857.262	-	-	-	-	34.502	6.343	898.109
Total geral	984.472	4.001	-	-	14.565	57.449	-	1.060.486
Aplicações financeiras vinculadas (*)	-							(106.080)
Dívida líquida	984.472							954.407

	31/12/2019	Custo de captação amortizado	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2020
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Debêntures	57.806	-	(57.563)	(69.446)	52.847	18.770	132.863	135.277
Custos a amortizar	(7.220)	7.220	-	-	-	-	(8.067)	(8.067)
Total	50.586	7.220	(57.563)	(69.446)	52.847	18.770	124.796	127.210
Passivo não circulante								
Debêntures	965.236	-	-	-	-	43.552	(132.863)	875.925
Custos a amortizar	(26.730)	-	-	-	-	-	8.067	(18.663)
Total	938.506	-	-	-	-	43.552	(124.796)	857.262
Total geral	989.092	7.220	(57.563)	(69.446)	52.847	62.322	-	984.472
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(624)							-
Dívida líquida	988.468							984.472

(*) As aplicações financeiras no montante de R\$ 106.080 em 30 de junho de 2021 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020). As aplicações são efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples(**), que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures. São classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 100,50% do CDI.

(**) A cada início de trimestre, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do serviço da dívida anual das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o ano em questão. Em dezembro, o valor constituído, fica disponível para resgate e quitação do pagamento.

	<u>Taxa Média</u>	<u>Indexador</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado				
Compromissadas com Debêntures	100,50%	CDI	106.080	-
<i>Debêntures - 2ª emissão</i>				

Notas Explicativas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures tem o prazo de vencimento de 12 anos, com vencimento em 15 de dezembro de 2024 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 30 de junho de 2021 é de R\$22.729 (R\$26.730 em 31 de dezembro de 2020).

As debêntures emitidas possuem, como uma das suas hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco igual ou superior a "A-", ou equivalente, por ao menos uma Agência de Classificação de Risco contratada pela CART.

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato das debêntures os *covenants* financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes;

Notas Explicativas

iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

Outorga fixa

Valor fixo de R\$634.000, conforme Nota explicativa nº 8, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

Outorga variável

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2018. A partir de janeiro de 2019, o percentual de 3% será aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 30 de junho de 2021 é de R\$1.076 (R\$1.157 em 31 de dezembro de 2020).

Durante o período findo em 30 de junho de 2021, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 7.518 (R\$ 5.731 em 30 de junho de 2020) referente à outorga variável.

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$46.427. Vigência mínima de 12 meses.

2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$163.709. Vigência de 12 meses, endossada por mais 92 dias após o fim da vigência.

13. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

Composição do risco:

Notas Explicativas

Natureza risco	30/06/2021		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	10.571	13.933	24.504
Cíveis	8.709	21.328	30.038
Tributária	-	816	816
Procedimentos Arbitrais	64.055	33.163	97.218
Ambiental	357	5.469	5.826
Total	83.692	74.709	158.403

Natureza do risco	31/12/2020		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	9.210	18.421	27.631
Cíveis	6.757	20.767	27.524
Tributária	-	737	737
Procedimentos Arbitrais	66.260	102.749	169.009
Ambiental	627	3.200	3.827
Total	82.854	145.874	228.728

Movimentação dos riscos prováveis:

Natureza do risco	31/12/2020	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	30/06/2021
Trabalhistas	9.210	2.933	(3.586)	2.015	10.572
Cíveis	7.384	3.205	(3.213)	1.690	9.066
Procedimentos Arbitrais (a)	66.260	-	-	(2.205)	64.055
Total	82.854	6.138	(6.799)	1.500	83.692

Natureza do risco	31/12/2019	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	31/12/2020
Trabalhistas	7.614	1.431	(831)	996	9.210
Cíveis	5.016	4.352	(2.558)	574	7.384
Procedimentos Arbitrais (a)	54.257	-	-	12.003	66.260
Total	66.887	5.783	(3.389)	13.573	82.854

a) Procedimento Arbitral

Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a Metha S.A. (anteriormente denominada OAS S.A.), com valor provisório atribuído de R\$450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de

Notas Explicativas

obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela Metha S.A., e por outro lado, entende que Metha S.A. deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Foi apresentada defesa por parte da Companhia, juntamente com seus contra pleitos, os quais perfazem, no seu entendimento, o valor provisório de R\$350.000.

Houve, ao longo do tempo, a devida instrução do procedimento arbitral através da apresentação de laudos e realização de perícias para a comprovação das teses apresentadas pela Companhia, tendo sido determinada a data de 26 de janeiro de 2021 para a prolação da decisão arbitral. Em razão de ordem judicial de penhora recebida nos autos da arbitragem, oriunda de processo promovido por terceiro alheio à relação entre a Companhia e a Metha, houve a concessão de prazo, pela câmara arbitral, para ambas as partes se manifestarem a seu respeito, tendo a Companhia impugnado tal decisão por entender que tal penhora é ilegal.

Assim, considerando a necessidade de decisão por parte da câmara arbitral acerca da mencionada ordem judicial, houve a suspensão do prazo para a apresentação da sentença arbitral, a qual foi proferida em 29 de março de 2021, na forma de sentença arbitral parcial com valores envolvidos ainda em apuração, sujeitos a avaliação e perícia.

A Administração da CART, consubstanciada na opinião de seus assessores externos, avaliou o prognóstico de êxito para os pleitos da Metha de R\$ 64.055 como provável, sendo o montante provisionado, apurado com apoio dos assistentes técnicos de Engenharia, os quais quantificaram e valoraram as respectivas causas prováveis de perda. A provisão foi reconhecida como direito de concessão, R\$ 33.163 como possível e R\$ 63.015, como remoto. Considerando que a referida sentença ainda é parcial, os montantes envolvidos e as avaliações de prognóstico são as melhores estimativas existentes no momento, permanecendo na mesma ordem em 30 de junho de 2021.

b) Depósitos Judiciais

Natureza Dep. Judiciais	30/06/2021	31/12/2020
Trabalhistas	3.625	4.441
Cíveis	9.348	8.417
Tributária	802	765
Ambiental	67	64
Regulatório	4.827	5.950
Total	18.669	19.637

Depósitos Trabalhistas – Recurso Ordinário / Recurso de Revista

Tratam-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo à decisão anterior (sentença ou acórdão).

Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado (estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução.

Em 30 de junho de 2021, o montante é de R\$ 3.625 (em 31 de dezembro de 2020, o montante é de R\$ 4.441).

Notas Explicativas

Depósitos Cíveis – garantia

Os depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados a garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando entramos com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora.

Em 30 de junho de 2021 o montante é de R\$ 9.348 (em 31 de dezembro de 2020, o montante é de R\$ 8.417).

Além dos depósitos destacados acima a Companhia possui em 30 de junho de 2021 depósitos de natureza tributária no montante de R\$ 802 (em 31 de dezembro de 2020 R\$ 765), ambiental no montante de R\$ 67 (em 31 de dezembro de 2020 R\$ 64) e regulatória no montante de R\$ 4.827 (em 31 de dezembro de 2020 R\$ 5.950).

14. RECEITAS ACESSÓRIAS ANTECIPADAS

As receitas diferidas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do período pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

<u>Receita de Telecomunicação</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante	7.654	12.697
Não irculante	<u>36.014</u>	<u>36.925</u>
Total Receita Diferida	<u><u>43.668</u></u>	<u><u>49.622</u></u>

15. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são:

<u>Provisão para Manutenção</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>transferências</u>	<u>30/06/2021</u>
Passivo Circulante	-	10.912	165.977	176.889
Passivo Não circulante	165.977	5.456	(165.977)	5.456
Total	<u>165.977</u>	<u>16.367</u>	<u>-</u>	<u>182.344</u>
<u>Provisão para Manutenção</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>transferências</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo Não circulante	133.243	32.734	-	165.977
Total	<u>133.243</u>	<u>32.734</u>	<u>-</u>	<u>165.977</u>

Em junho de 2021, a Companhia reclassificou a obrigação reconhecida no passivo não circulante

Notas Explicativas

para o passivo circulante. Essa reclassificação está consubstanciada na aprovação dos projetos de Conservação Especial do Pavimento junto a agência reguladora, as quais ocorreram no 2º trimestre de 2021. Diante destas aprovações, tais valores foram submetidos e aprovados em abril de 2021 pela Administração da Companhia para o orçamento 2021/22.

<u>Provisão para Manutenção</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo Não circulante	133.242	32.735	165.977
Total	<u>133.242</u>	<u>32.735</u>	<u>165.977</u>

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.560.500, representados por 6.864.138.862 ações, sendo 3.432.069.431 ações preferencias e 3.432.069.431 ações ordinárias, integralmente subscritas.

Em 15 de fevereiro de 2021, o Adiantamento de capital – AFAC realizado em 2019 no montante de R\$167.000, foi aprovado pela agência reguladora ARTESP como aumento de capital, representados por 1.324.345.757 ações, sendo 662.172.878 ações preferencias e 662.172.879 ações ordinárias.

Em 30 de junho de 2021, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.727.500, representados por 8.188.484.619 ações, sendo 4.094.242.309 ações preferenciais e 4.094.242.310 ações ordinárias, integralmente subscritas.

As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

<u>Acionistas</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Infraestrutura Brasil Holding II S.A.	<u>493.200</u>	<u>660.200</u>
	<u>493.200</u>	<u>660.200</u>

No 1º trimestre de 2021, ocorreu a integralização em seu capital no valor de R\$167.000 referente ao AFAC realizado no ano de 2019, permanecendo o valor de R\$ 493.200 como Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC realizado no ano de 2020. O AFAC foi comunicado a Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP para a total integralização, e a Companhia possui previsão de integralização até o final do deste exercício.

Notas Explicativas**17. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 30 de junho de 2021 e 2020 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020
Receita de pedágio	203.450	176.022	102.689	79.722
Receitas acessórias	8.604	8.688	4.510	4.381
Impostos	(18.255)	(15.901)	(9.304)	(7.240)
Receita de serviços	193.798	168.809	97.895	76.863
Receita de construção	84.945	38.432	48.558	17.357
Receita total	278.743	207.241	146.453	94.220

Custos e despesas por natureza

	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020
Pessoal	(25.543)	(17.140)	(12.795)	(9.098)
Conservação e manutenção	(15.989)	(20.300)	(9.077)	(10.650)
Despesas administrativas	(10.601)	(12.376)	(5.980)	(5.662)
Operacionais	(16.375)	(14.496)	(6.968)	(7.211)
Outorga variável	(6.362)	(5.541)	(3.216)	(2.523)
Custo de construção	(96.831)	(38.432)	(60.444)	(17.357)
Provisão de manutenção	(16.368)	(16.366)	(8.184)	(8.183)
Depreciação e amortização	(63.621)	(59.447)	(32.566)	(29.842)
Perda no recebimento de crédito e riscos	-	(1.134)	-	(180)
Outras receitas operacionais	89	100	73	7
	(251.600)	(185.133)	(139.156)	(90.699)
			-	
Custo de serviços prestados	(131.430)	(127.772)	(66.597)	(64.255)
Custo de construção	(84.945)	(38.432)	(48.558)	(17.357)
Despesas gerais e administrativas	(23.428)	(19.029)	(12.189)	(9.094)
Outras receitas operacionais	89	100	73	7
	(239.714)	(185.133)	(127.270)	(90.699)

Notas Explicativas

18. RESULTADO FINANCEIRO

	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	5.054	1.813	2.962	881
Outros	203	113	156	46
Total receitas financeiras	5.257	1.926	3.118	927
Despesas financeiras				
Comissões e despesas bancárias	(323)	(451)	(152)	(180)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(14.584)	(16.574)	(5.428)	(7.521)
Variação monetária passiva	(63.373)	(8.133)	(35.872)	5.312
Juros sobre debêntures	(18.566)	(32.921)	(4.001)	(16.344)
Outros	(4.565)	(112)	(2.405)	(57)
Total despesas financeiras	(101.411)	(58.191)	(47.857)	(18.790)
Total resultado financeiro	(96.154)	(56.265)	(44.739)	(17.863)

19. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020
PREJUÍZO DO PERÍODO	(36.204)	(31.519)	(16.185)	(13.023)
Número médio ponderado de ações	7.887.699	6.864.139	7.887.699	6.864.139
Resultado básico e diluído por ação (em reais)	(0,005)	(0,005)	(0,002)	(0,002)

20. SEGUROS

Em 30 de junho de 2021, a Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência		Seguradora	Objeto
		Início	Vencimento		
Garantia ampliações	46.427	01/07/2021	16/06/2022	Ezze	(a)
Garantia funções operacionais	163.709	01/07/2021	16/06/2022	Ezze	(b)
Responsabilidade civil	61.269	06/07/2021	06/07/2022	AXA/XL	(c)
Riscos operacionais	163.000	06/07/2021	06/07/2022	Tokio	(d)
D & O	30.000	20/07/2021	20/07/2022	Austral	-
Auto Frota	Tabela FIPE	07/07/2021	07/07/2022	Sura	-
Drone	990	19/11/2020	19/11/2021	Essor	-
Garantia judicial execução fiscal	774	13/07/2020	13/07/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	3.874	21/07/2020	21/07/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	302	03/08/2020	03/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	506	12/08/2020	12/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	211	17/08/2020	17/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	604	19/08/2020	19/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	443	28/08/2020	28/08/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	65	17/09/2020	17/09/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	595	28/09/2020	28/09/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	308	04/11/2020	04/11/2025	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	616	08/03/2021	08/03/2026	Pottencial	-
Garantia judicial execução fiscal	342	26/03/2021	26/03/2026	Pottencial	-

a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.

d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

Notas Explicativas

21. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2021 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente conforme demonstração abaixo:

	30/06/2021		31/12/2020	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Instrumentos financeiros				
Ativos				
Aplicações financeiras	220.603	-	370.469	-
Depósitos judiciais	-	18.669	-	19.637
Contas a receber	-	24.979	-	27.193
Partes relacionadas	-	-	115	-
Total do ativo	220.603	43.648	390.576	46.830
Passivos				
Fornecedores	-	30.499	-	28.287
Partes relacionadas	-	136	-	262
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.204.837	-	1.284.120
Concessão de serviço público	-	1.076	-	1.157
Total do passivo	-	1.236.547	-	1.313.826

Nos termos da Resolução CVM nº 2 de 17 de junho de 2019, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

- a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Notas Explicativas

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação da TJLP e IPCA.

c) Exposição a riscos de créditos

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia apresenta valores a receber de R\$24.979 (R\$27.193 em 31 de dezembro de 2020), sendo 90% deste total, valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação – “OSAs”, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágios. Desta forma, a administração da Companhia caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber.

d) Operação de derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

Notas Explicativas

30 de junho de 2021	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	1 a 5 anos
Empréstimos e financiamentos e debêntures	1.204.837	1.312.996	290.706	1.022.290
Fornecedores	30.499	30.499	30.499	-
Concessão de serviço público	1.076	1.076	1.076	-
31 de dezembro de 2020			Até 1 ano	1 a 5 anos
Empréstimos e financiamentos e debêntures	1.284.120	1.372.145	277.155	1.094.990
Fornecedores	28.287	28.287	28.287	-
Concessão de serviço público	1.157	1.157	1.157	-

f) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia determinou adequado a apresentação de dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Notas Explicativas

Referência para ativos e passivos financeiros risco redução	Cenário provável	Valorização		Desvalorização	
		25%	50%	25%	50%
DI Ativo (% ao ano)	6,63%	8,29%	9,95%	4,97%	3,32%
DI Passivo (% ao ano)	6,63%	8,29%	9,95%	4,97%	3,32%
TJLP (% ao ano)	4,88%	6,10%	7,32%	3,66%	2,44%
IPCA Passivo (% ao ano)	8,99%	11,24%	13,49%	6,74%	4,50%

Os indicadores utilizados para 2021 foram obtidos das projeções do Bacen, com exceção da TJLP, que foram utilizadas a média dos três maiores bancos privados de acordo com o ranking do Banco Central.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 30 de junho de 2021, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Instrumentos	Exposição em 30/06/2021	Risco	Cenário provável		Valorização (R\$)		Desvalorização (R\$)	
			(Nível 1)		(Nível 2)	(Nível 3)	(Nível 2)	(Nível 3)
			%	Valor	25%	50%	25%	50%
Ativos e passivos financeiros								
Caixas e equivalentes de caixa	224.371	CDI	6,63%	14.876	18.595	22.314	11.157	7.438
Aplicações financeiras vinculadas (*)	144.713	CDI	6,63%	9.594	11.993	14.392	7.196	4.797
BNDES	(130.517)	TJLP	4,88%	(6.369)	(7.962)	(9.554)	(4.777)	(3.185)
BNDES	(158.547)	IPCA	8,99%	(14.253)	(17.817)	(21.380)	(10.690)	(7.127)
Debênture (**)	(1.060.487)	IPCA	8,99%	(95.338)	(119.171)	(143.007)	(71.503)	(47.669)
Total	(980.467)			(91.490)	(114.362)	(137.235)	(68.618)	(45.745)
Impacto no resultado e patrimônio líquido					(22.872)	(45.745)	22.872	45.745

(*) Registrado no passivo para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Notas explicativas nºs 10 e 11).

(**) Inclui Custos a Amortizar.

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros da TJLP e IPCA, e aplicação financeira sujeita ao CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Notas Explicativas

g) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

h) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo Passivos financeiros	30/06/2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixas e Equivalente de caixas	224.371	-	224.371	-
Total	224.371	-	224.371	-
Empréstimos e financiamentos	250.430	-	250.430	-
Debêntures	954.407	-	954.407	-
Concessão de serviço público	1.076	-	1.076	-
Total	1.205.913	-	1.205.913	-
Mensurados a valor justo Passivos financeiros	31/12/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixas e Equivalente de caixas	375.706	-	375.706	-
Total	375.706	-	375.706	-
Empréstimos e financiamentos	299.648	-	299.648	-
Debêntures	984.472	-	984.472	-
Concessão de serviço público	1.157	-	1.157	-
Total	1.285.277	-	1.285.277	-

Notas Explicativas

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos, conforme demonstrados nas notas explicativas, correspondentes 10 e 11.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial -

Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.
Bauru – São Paulo

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (“DVA”) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2020 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 29 de março de 2021, sem modificação e às demonstrações, do resultado, do resultado abrangente de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses do trimestre findo em 30 de junho de 2020 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 12 de agosto de 2020, sem modificação. Os valores correspondentes relativos à demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 16 de agosto de 2021.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027666/F

Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Cart declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações contábeis relativa ao período findo em 30 de junho de 2021.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Cart declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da KPMG Auditores Independentes, referente às demonstrações contábeis relativo ao período findo em 30 de junho de 2021.